Waldir Teis convoca auditores para substituir conselheiros afastados no TCE-MT após operação da PF

Presidente em exercício do TCE reúne equipe técnica e designa substitutos para manter funcionamento da Corte

Reorganização administrativa no Tribunal de Contas

O presidente em exercício do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Waldir Teis, divulgou segunda-feira a nomeação de três auditores para ocupar as vagas deixadas pelos conselheiros afastados judicialmente. A decisão integra as ações para manter as operações da instituição durante a crise gerada pela investigação federal.

A medida representa uma resposta imediata aos desdobramentos da Operação Tomada de Contas, que provocou o afastamento de membros importantes da estrutura de governo da Corte. A substituição visa evitar travamentos nos processos administrativos e nas decisões judiciais que precisam de votação.

Nomeações confirmadas

Os auditores Luiz Henrique Lima, Luiz Carlos Pereira e Isaías Lopes da Cunha assumirão funções que anteriormente pertenciam aos conselheiros José Carlos Novelli, Guilherme Maluf e Alisson Alencar. Cada um ficará responsável pela relatoria das demandas ligadas ao gestor anterior.

Durante encontro com gerentes de gabinetes e técnicos especializados, Teis reiterou que serão implementadas todas as ações viáveis para evitar interrupção dos trabalhos. Também estiveram presentes conselheiros não atingidos pelas investigações.

Conforme o próprio TCE-MT informou, a estrutura de pessoal dos gabinetes e departamentos técnicos permanecerá intacta, sem alterações significativas na composição das equipes.

Contexto da operação federal

A convocação dos substitutos ocorre em resposta direta à Operação Tomada de Contas, lançada pela Polícia Federal na última quinta-feira. A ação resultou na prisão preventiva do então condutor da instituição, Sérgio Ricardo, e de mais cinco pessoas envolvidas no caso.

Os investigadores apontam irregularidades financeiras dentro da instituição, incluindo desvios de dinheiro público e transações monetárias de volume extraordinário. De acordo com relatórios da corporação, sete membros do Tribunal teriam recebido aproximadamente R$ 48,4 milhões em repasses considerados anormais durante um período menor que dez meses.

O ministro Og Fernandes, integrante do Superior Tribunal de Justiça, aprovou a operação e ordenou o afastamento de conselheiros, além de aplicar restrições aos denunciados. Ele também estabeleceu que a instituição informasse em cinco dias sobre a nova composição do órgão colegiado.

Próximos passos

Teis anunciou que encontros adicionais ocorrerão durante os dias seguintes para debater aspectos administrativos e operacionais, assegurando que as ordens judiciais sejam cumpridas integralmente. O objetivo é restaurar a confiança e demonstrar que o Tribunal consegue funcionar adequadamente mesmo diante das adversidades.